

JOURNAL OF DEMOCRACY EM PORTUGUÊS

Volume 12, Número 1, Junho de 2023

Artigos Inéditos

O STF e a defesa da democracia no Brasil

Oscar Vilhena Vieira

A cooperação Sul-Sul e o setor privado: um balanço das relações do Brasil com Angola e Moçambique no século XXI

André Guzzi e Laurindo Tchinhama

Traduções

Por que as democracias da América Latina estão estagnadas

Scott Mainwaring e Aníbal Pérez-Liñán

Exércitos e autocratas: por que as Forças Armadas de Putin fracassaram

Zoltan Barany

A sombra da direita sueca

Bo Rothstein

Por que a direita europeia abraça os direitos dos homossexuais

Gabriela Magni e André Reynolds

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**

FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN

PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



JOURNAL OF
DEMOCRACY
EM PORTUGUÊS

CONSELHO EDITORIAL	Bernardo Sorj Sergio Fausto
TRADUÇÃO	Fabio Storino
REVISÃO TÉCNICA	Otávio Dias Beatriz Kipnis
DIAGRAMAÇÃO	Felipe Martins Wonderweb

Journal of Democracy em Português, Volume 12,
Número 1, São Paulo, Junho de 2023
Plataforma Democrática
ISSN 2527-1369

Índice de catálogo sistemático:

Democracia, Política e Governo, Sociedade, Partidos Políticos, Políticas Públicas.

© Copyright - Todos os direitos reservados à:

Fundação Fernando Henrique Cardoso
Rua Formosa, 367, 6º andar, Centro, São Paulo/SP, CEP: 01049-000
www.fundacaofhc.org.br • e-mail: imprensa@fundacaofhc.org.br

**PLATAFORMA
DEMOCRÁTICA**
FUNDAÇÃO FHC
CENTRO EDELSTEIN
PLATAFORMADEMOCRATICA.ORG



São Paulo (Sede)
Rua Formosa, 367, 6º andar - Centro
São Paulo - SP - Brasil - CEP 01049-000
tel: +55 (11) 3359-5000
contato@plataformademocratica.org

PERIODICIDADE: Semestral

Apresentação

O Supremo Tribunal Federal e a defesa da democracia no Brasil. Os motivos da estagnação das democracias latino-americanas. Por que as Forças Militares da Rússia estão enfrentando tantas dificuldades em solo ucraniano? Um balanço da política externa brasileira para a África durante os primeiros governos Lula e as perspectivas com a volta dele ao poder. Estes são os principais temas desta edição do Journal, que traz dois artigos inéditos, escritos por autores brasileiros, e quatro traduções.

No artigo que abre a edição, o professor de Direito Constitucional e Direitos Humanos Oscar Vilhena Vieira (FGV) analisa o comportamento das instituições de defesa da democracia brasileira, em especial a postura do Supremo Tribunal Federal, a partir da ascensão ao poder, em 2018, de um presidente da República ostensivamente hostil à democracia constitucional estabelecida em 1988. Segundo o autor, no extenso arco de proteção da democracia brasileira estabelecido pela Constituição Federal de 1988, o Supremo Tribunal Federal desempenhou um papel central. A postura expressamente “combativa” assumida pelo STF, diante dos crescentes ataques ao Estado Democrático de Direito, reacendeu o debate sobre o controvertido conceito de “democracia militante”, o que parece inescapável em tempos de ameaça de erosão da democracia.

“Reivindico que, nos dias de hoje, o conceito de democracia militante designa, sobretudo, uma postura a ser assumida por aquelas instituições e autoridades que têm a responsabilidade por promover a defesa da democracia. Essa postura reclama uma atitude alerta, vigilante e, se necessário, combativa na defesa da democracia, por meio das ferramentas institucionais e legais de autodefesa democrática, operadas dentro do marco dos direitos fundamentais”, escreve.

Vieira alerta, no entanto, que as “ferramentas da democracia defensiva”, assim como a “postura militante” daqueles que ocupam as instituições democráticas, “jamais poderão substituir o sistema político propriamente dito, na função de coordenar conflitos políticos e promover soluções para o atendimento das expectativas de bem-estar dos cidadãos dentro de uma sociedade plenamente democrática”.

No segundo texto inédito, os professores de Relações Internacionais André Guzzi (EAESP FGV) e Laurindo Tchinama (Universidade Federal de Uberlândia) fazem um balanço da política externa brasileira para a África e a Cooperação Sul-Sul, que teve seu auge na primeira década do século 21, e avalia as perspectivas de uma retomada dessa política como uma prioridade da diplomacia brasileira.

“Com o retorno do presidente Lula ao poder, é crucial olhar para esse processo e assimilar algumas lições aprendidas”, escrevem os autores. Para promover uma política externa atualizada para a África, faz-se necessário compreender as reais necessidades dos países do continente e reconhecer que hoje outras potências, como a China, ganharam espaço no continente africano e resistirão a uma eventual tentativa do governo e do setor privado brasileiros de serem mais atuantes na região.

Os autores alertam ser “fundamental promover um sistema de *accountability*” para evitar que a “falta de transparência” nos projetos público-privados ocorrida no passado recente “volte a contaminar a Cooperação Sul-Sul”, que nos últimos anos “passou a ser alvo da polarização política e ideológica que caracterizam o cenário político brasileiro”.

No terceiro artigo, os cientistas políticos Scott Mainwaring e Aníbal Pérez-Liñan, professores da Universidade de Notre Dame (EUA), afirmam que a maioria dos países da América Latina vive uma fase de estagnação democrática, com déficits democráticos importantes e persistentes que os impedem de se tornar democracias mais solidamente liberais.

Após expor os três principais fatores que contribuem para esse padrão generalizado na região, eles concluem: “A estagnação democrática facilita a ascensão de presidentes iliberais que protestam contra o sistema. Às vezes eles conseguem dismantlar a democracia e outras vezes, fracassam. Quando fracassam, o regime político volta ao estado familiar de semidemocracia, ou talvez uma democracia de desempenho médio. Construir democracias que funcionem melhor e mostrem mais respeito pelos direitos dos cidadãos é um dos grandes desafios que a América Latina enfrenta”.

Por que as Forças Armadas da Rússia – que segundo a sabedoria convencional teriam se transformado em uma máquina militar eficaz após mais de duas décadas de governo forte de Vladimir Putin – enfrentam tantas dificuldades na Guerra da Ucrânia? Esta é a pergunta que o professor de Governo da Universidade do Texas em Austin Zoltan Barany busca responder no quarto texto deste *Journal*.

“Os militares russos são um reflexo por excelência do Estado que os criou: autocrático, obcecado pela segurança e repleto de tomadas de decisão profundamente centralizadas, relações disfuncionais entre autoridades civis e militares, ineficiência, corrupção e brutalidade”, escreve o autor, que relaciona cinco pontos-chave para entender o fracasso da invasão russa iniciada em fevereiro de 2022, sem perspectiva de fim.

A democracia da Suécia, uma das mais estáveis da Europa, está ameaçada diante da impressionante ascensão do Democratas Suecos (SD), um partido populista e nacionalista de direita que, em 2022, conquistou a segunda maior votação nas eleições para o Riksdag (parlamento)? Este é o tema do quinto artigo, escrito por Bo Rothstein, professor emérito de ciência política da Universidade de Gotemburgo. Antes tratado como um “partido *non grata*” pelas elites políticas tradicionais, o Democratas Suecos rompeu esse bloqueio, passou a integrar a coalizão de centro-direita que governa o país e, embora não ocupe nenhum ministério, tem hoje capacidade de influenciar políticas públicas nas áreas de imigração, direitos humanos e segurança pública.

“As políticas nacionalistas e anti-imigração do SD e seu acentuado iliberalismo fizeram com que alguns analistas temessem pelo futuro da democracia sueca. Até o momento, não há sinais de que esse processo esteja em curso, mas o fato é que o Democratas Suecos faz parte do governo, e o acordo pluripartidário (fechado pela coalizão governista) contém muitas propostas para diminuir os direitos sociais e políticos dos imigrantes. É preciso observar todo esse processo com atenção”, escreve o autor.

O que motivou alguns importantes partidos de direita europeus a abrir mão de uma oposição histórica aos direitos LGBTQ+ e, nas últimas duas décadas, abraçar a causa dos direitos e da igualdade dos homossexuais? Foi uma mudança fundamental de valores ou somente estratégia eleitoral? É o que a última tradução desta edição busca explicar.

“Os partidos tradicionais de centro-direita tornaram-se mais pró-gays depois de se tornarem mais seculares, reconceituando e incorporando famílias do mesmo sexo aos valores familiares tradicionais e usando o liberalismo social para provar que se modernizaram. Já a posição dos partidos de direita radical está dividida. Até o momento, no entanto, nenhum partido de direita — seja secular ou religioso, centrista ou radical — expressou apoio aos direitos e identidades transgêneros”, escrevem Gabriele Magni e Andrew Reynolds, especialistas em políticas LGBTQ+ na Europa.

Boa leitura,

Bernardo Sorj e Sergio Fausto

Diretores de Plataforma Democrática

A Cooperação Sul-Sul e o setor privado: um balanço das relações do Brasil com Angola e Moçambique no século XXI

André Guzzi e Laurindo Tchinhama

André Cavaller Guzzi é professor de Relações Internacionais no curso de Administração Pública da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (EAESP) da Fundação Getúlio Vargas. É doutor em Ciência Política pela City University of New York. Laurindo Tchinhama é professor substituto na Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e professor na Universidade de Ribeirão Preto (UNAERP). É Mestre pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), e doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais 'San Tiago Dantas' (Unesp, Unicamp, PUC-SP).

1 - Introdução

Os dados da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) indicam que o Brasil possui acordos vigentes de cooperação técnica bilateral com 38 países africanos. Dentre eles, Angola e Moçambique ganham especial destaque nessa relação. Grande parte desses acordos foi firmada a partir da década de 1990, e especialmente a partir do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), que tinha na Cooperação Sul-Sul um dos pilares de sua inserção internacional. A

Cooperação Sul-Sul fez parte do objetivo da política externa brasileira do governo Lula em tornar o país um protagonista nas relações internacionais, sendo um porta voz dos países do denominado Sul Global, alavancando um tipo de relação mais horizontal entre eles e menos dependente dos países do Norte.

Após o fim do governo Lula, a partir do governo de sua sucessora, Dilma Rousseff, a política externa para a África e a Cooperação Sul-Sul começou a perder força. Isso se deu tanto pelas mudanças do cenário interno do Brasil, marcado por crise econômica e política sem precedentes na história recente, quanto internacionais, como a Primavera Árabe e seus desdobramentos, que afastaram o Brasil dos países em desenvolvimento. Ainda internamente, ocorreu a Operação Lava Jato que denunciou os escândalos de corrupção envolvendo empresas brasileiras que atuavam nos países do Sul Global, sobretudo na América Latina e África, desde o governo Lula, especialmente em Angola e Moçambique. Os governos dos presidentes Michel Temer e Jair Bolsonaro tinham uma visão pouco favorável a uma política externa orientada para os países do Sul Global, principalmente no último governo.

O governo brasileiro assumiu um espaço relevante na promoção da Cooperação Sul-Sul ao longo da história, a partir do paradigma universalista que nasce com a Política Externa Independente (1961-1964) e conquista seu ápice nos governos Lula desde 2003. Durante esse governo, houve um movimento consciente de estreitamento dos laços diplomáticos e econômicos do Brasil com países da América Latina e África, traduzido na abertura de novas embaixadas brasileiras na África, na ampliação dos fluxos comerciais e no lançamento de diversos projetos de cooperação técnica, através da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), que passaram a envolver não somente o Itamaraty, mas também órgãos como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ) e a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Neste

mesmo cenário, grandes empresas brasileiras nos setores de construção civil, como a Odebrecht e a OAS, e de exploração de petróleo e minérios, como a Petrobrás e a Vale, intensificaram suas operações em países latino-americanos e africanos. Tais empresas tornaram-se alvos das investigações da Lava Jato e, em decorrência dos problemas judiciais, interromperam suas operações no exterior, causando recuo da Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira.

Este trabalho busca explorar as interseções entre dimensões externas e domésticas na construção da Cooperação Sul-Sul brasileira, com ênfase nos países da África, enfocando nos casos de Angola e Moçambique. Argumentamos que a política externa brasileira para o Sul Global, por um lado, buscou reafirmar o protagonismo do Brasil utilizando pilares da sua identidade, como cooperação, solidariedade e da construção de uma ordem internacional menos desigual. Por outro lado, a Cooperação Sul-Sul não estava isolada das dimensões políticas e econômicas do país: ela foi afetada por interesses de setores econômicos cruciais para o projeto econômico e a governabilidade das administrações petistas. No campo político, dado o quadro de progressiva polarização da sociedade, notou-se grande politização ao redor das iniciativas para o entorno estratégico brasileiro (África e América Latina), com a oposição ao PT denunciando a Cooperação Sul-Sul como parte de um projeto ideológico descolado dos interesses nacionais de longo prazo.

Concluimos que a ideia de tornar o Brasil protagonista do cenário internacional através de uma projeção no Sul Global perdeu força e credibilidade nos últimos anos em razão dos seguintes fatores: a perda do dinamismo econômico do Brasil, os escândalos de corrupção denunciados pela Lava Jato contra as empresas brasileiras no exterior e a forma com que a Operação foi conduzida e, no âmbito global, a crescente competição das potências emergentes, por exemplo entre os membros dos BRICS – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul –,

que passaram a atuar com estratégias particulares para obter maior influência no Sul Global (Lechini, 2012).

Para compreender essa dinâmica, o trabalho analisa a relação do Brasil com dois países da África, Angola e Moçambique. As bases desse relacionamento remontam aos processos de independência dos dois países, reconhecidos prontamente pelo Brasil em 1975, e ao desejo brasileiro de acercar-se do mundo lusófono ao longo das décadas seguintes. Nos dois governos de Lula, graças ao potencial econômico e político de ambos os países, eles foram elevados à condição de parceiros estratégicos do Brasil, servindo de plataforma para uma ambiciosa política africana brasileira e para grandes projetos de cooperação técnica e de infraestrutura. Anos mais tarde, a atuação de empresas públicas e privadas nestes países foi alvo das investigações da operação Lava Jato.

O artigo também destaca que, nesse processo, os países da África, diferente do que sugerem alguns trabalhos nesta área, não adotam uma postura passiva na condução dessas relações, apesar da assimetria de poder entre eles e o Brasil. Ao contrário, suas demandas também impactam os projetos da Cooperação Sul-Sul e a atuação das empresas brasileiras em seu território.

Para obter as informações, foram utilizadas fontes primárias e secundárias, notícias de jornais, além de uma série de entrevistas com pesquisadores acadêmicos do Brasil e da Angola sobre as operações da Lava Jato e o papel do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Assim sendo, discutimos primeiro a construção da Cooperação Sul-Sul e da Política Externa Brasileira para a África. Depois, apresentamos a intersecção entre a agenda da Cooperação Sul-Sul na política externa brasileira com a África e o setor privado no século XXI. Na sequência, os casos de Angola e Moçambique serão brevemente apresentados.

Por fim, serão realizadas algumas considerações a respeito da política externa do Brasil para a África e a Cooperação Sul-Sul, dado o atual contexto da reeleição de Lula, cujo terceiro mandato se iniciou em janeiro de 2023, e a sinalização de que o continente africano e as relações com o eixo Sul voltarão a ser prioridades de sua política externa.

2. A construção da Cooperação Sul-Sul e da Política Externa Brasileira para a África

Apesar do debate em torno da Cooperação Sul-Sul e das relações com a África ter sido cada vez mais frequente nas últimas décadas devido, em grande medida, ao fortalecimento de economias emergentes e à crescente busca por novos mercados e oportunidades de cooperação, a orientação ao Sul Global (antigamente descrito como Terceiro Mundo) não é uma novidade na política externa brasileira. Ela tem suas raízes na década de 1960, quando o Brasil passou a se aproximar de países em desenvolvimento. Ao longo daquele período, momentos de aproximação e relaxamento com o continente africano foram consequências da conjuntura econômica internacional, das agendas próprias que cada governo trouxe consigo em relação ao alinhamento do Brasil no sistema internacional (através de uma maior aproximação com os países do Norte ou do Sul global), e dos interesses comerciais do setor privado do país.

A proposta de uma política externa brasileira voltada para a África não se limitou apenas à relação histórica colonial do país com o continente, que é frequentemente mencionada pela literatura (D'Ávila, 2010). Ela também se relaciona ao projeto expansionista da política externa brasileira em relação ao continente durante a Guerra Fria, especialmente nas décadas de 1960 e 1970, período em que o processo de independência dos Estados africanos foi impulsionado (Pimentel, 2000; Visentini, 2017; Silva, 2019). Nesse contexto, a ideia era con-

trabalhançar a política externa adotada por outros países e estabelecer relações de solidariedade com os novos Estados, criando um novo cenário estratégico para as políticas comerciais e de desenvolvimento brasileiras direcionadas à África (Ribeiro, 2010; Miyamoto, 2009).

O Brasil manteve uma postura autônoma estabelecendo relações com países do Terceiro Mundo independentemente das questões ideológicas da época. Destacam-se a política do “pragmatismo ecumênico e responsável” do governo do general Ernesto Geisel (1974-1979) e do universalismo de João Figueiredo (1979-1985). O pragmatismo ecumênico e responsável foi pautado na ideia de expansão das relações Brasil para além das divisões ideológicas que marcavam o contexto da Guerra Fria. O propósito dessa política externa era promover abertura e expandir mercados para a exportação de produtos manufaturados e reforçar a política de substituição das importações devido a expansão da industrialização (Ribeiro, 2010; Spektor, 2004). Nessa política, o governo brasileiro manteve laços com seus parceiros tradicionais, como os Estados Unidos, e também expandiu relações com países do bloco soviético.

O marco do pragmatismo responsável para a África foi a aproximação do Brasil com as ex-colônias portuguesas na década de 1970, imediatamente após suas independências. Paradoxalmente, o regime militar brasileiro, abertamente anticomunista, apressou-se a reconhecer a soberania de Angola, sob o governo do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), e de Moçambique, com o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) - ambos com influência da União Soviética.

Os resultados dessa aproximação evidenciaram a relevância da África na política externa brasileira nesta década, quando, por exemplo, as exportações para o continente cresceram mais de 129,1%, com venda de produtos industrializados e automóveis, especialmente, e as importações cresceram em torno de 300%, saindo de US\$ 170 milhões

para US\$ 680 milhões (Ribeiro, 2010; Pimentel, 2000). No período do universalismo assistiu-se a mais um reforço na aproximação com a África, especialmente com a Angola, intensificando suas relações políticas e econômicas a partir de uma comissão mista entre os países (Visentini, 2017).

Nas décadas de 1960 e 1970, a Cooperação Sul-Sul ganhou destaque nas discussões internacionais, sobretudo no âmbito da ONU. Seu objetivo era preencher a lacuna existente na pauta de desenvolvimento desigual da política internacional entre os Estados da periferia do sistema internacional e o Norte global.¹ Um dos princípios centrais da Cooperação Sul-Sul, estabelecido no Plano de Ação de Buenos Aires (PABA) em 1978, é a cooperação técnica, que veio a se tornar o principal tipo de cooperação estabelecido entre os países do Sul, incluindo o Brasil. Este tipo de cooperação trata-se de um compartilhamento de conhecimento e experiências entre os países do Sul Global para resolverem problemas em comum.

A Cooperação Sul-Sul também pressupõe uma relação de horizontalidade entre os parceiros desse compartilhamento de know-how. Em suma, a Cooperação Sul-Sul surgiu como uma forma dos países do Sul global se unirem e buscarem soluções conjuntas para seus problemas, em um contexto em que o Norte global dominava a agenda internacional. A postura pragmática do Brasil em relação à Cooperação Sul-Sul durante a Guerra Fria permitiu que o país se tornasse um importante ator da cooperação internacional, estabelecendo relações estratégicas com os países africanos.

No período 1960 e 1970 houve um estreitamento das relações comerciais entre o Brasil e o continente africano com a chegada de gran-

1. Os conceitos de Norte e Sul global não dizem respeito às posições geográficas dos Estados, mas sim de uma divisão geopolítica em que os países são divididos por níveis de desenvolvimento econômico, social e político. O Sul Global é composto por países da América Latina, África e Ásia com diversos níveis de desenvolvimento e com processo de industrialização tardio se comparado aos países do Norte, mas enfrentando semelhantes problemas político, econômicos e sociais.

des empresas brasileiras no continente nas áreas de exploração de recursos naturais, infraestrutura e investimentos. Em 1979, a convite do presidente de Angola, Agostinho Neto, a Petrobras iniciou atividades no país, seguida pela construtora Odebrecht, quatro anos mais tarde. Além disso, o Brasil assinou contratos de countertrade com a Nigéria e Angola, o que significa a troca de petróleo por produtos industrializados (Brun, 2016).

Na década de 1980, as relações Brasil-África arrefeceram por vários motivos: o Brasil passou por uma grande crise econômica, refletida em alto endividamento, inflação e queda no crescimento e no PIB, e estava em pleno processo de redemocratização, fazendo com que se voltasse para dentro (Silva, 2019; Visentini, 2017; Ribeiro, 2010; Pimentel, 2000). Apesar desse afrouxamento, o Brasil manteve suas bases devido às operações das empresas brasileiras nos países africanos ao longo de todo esse período (Visentini, 2017).

Na década de 1990 e início dos anos 2000, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), houve reaproximação das relações com o continente africano. Esta retomada decorre de dois fatores. O primeiro foi a institucionalização do espaço da lusofonia, representado pela inauguração, em 1996, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O segundo foi a participação do Brasil nos diversos organismos internacionais com vistas à projeção brasileira nos foros multilaterais, confiante no apoio dos países africanos.

A primeira década dos anos 2000 foi o auge da reaproximação dos laços com a África Subsaariana, durante os dois mandatos do governo de Lula da Silva. A retomada do continente na agenda diplomática do Itamaraty foi atrelada ao modelo de Cooperação Sul-Sul que o Brasil abraçou como uma estratégia para se aproximar dos países do Sul global (PINHO, 2013). Com o objetivo central de fomentar o protagonismo do Brasil no cenário internacional, a agenda de Cooperação Sul-Sul do governo brasileiro foi trazida para o centro de sua política

externa e passou a caminhar lado a lado com uma expansão de operações de empresas brasileiras nos países do eixo Sul global.

3. A agenda da Cooperação Sul-Sul brasileira com a África e o setor privado no século XXI

Nos dois primeiros mandatos do governo Lula (2003-2010), houve um processo de reafirmação de compromisso com a Cooperação Sul-Sul na África. O governo reatou-se à ideia da não exclusão dos Estados periféricos na pauta brasileira no sentido de que todos os atores, sejam eles do Sul ou Norte global, contribuem para o desenvolvimento e crescimento do Brasil. A novidade foi a busca pelo protagonismo do Brasil no sistema internacional pelo Sul global, colocando, assim, o continente africano entre as prioridades, catapultando o protagonismo do Brasil em projetos de Cooperação Sul-Sul (Ribeiro, 2010) e

Nos dois primeiros governos Lula, o Brasil buscou maior protagonismo no sistema internacional pelo Sul global, colocando a África entre as prioridades da Cooperação Sul-Sul e abrindo as portas para a atuação de empresas privadas no continente.

abrindo as portas para a atuação de empresas privadas no continente. Logo, é imprescindível compreender essas tendências do governo Lula e suas principais dificuldades enfrentadas na elaboração e implementação.

Diversas iniciativas marcaram o ponto de inflexão das relações Brasil-África no governo Lula, como por exemplo, a (re)abertura de embaixadas no continente, de 17 para 39 representações diplomáticas (Amorim, 2010). Isso ocorreu inclusive em países com os quais o Brasil tinha pouca ou nenhuma relação política e comercial até então, fazendo com que a política externa do Brasil na África se inscrevesse num projeto mais amplo de “autonomia pela diversificação” (Vigevani, 2007). Esse movimento representou o

primeiro passo na consolidação de relações diplomáticas entre os países, por isso, esse crescimento representa um simbolismo importante no estreitamento dos laços diplomáticos com o continente africano. Além disso, destacam-se cerca de 30 visitas oficiais aos países africanos ao longo do governo Lula e mais de 60 visitas oficiais de representantes africanos ao Brasil (Ferreira, 2016).

A aproximação entre o Brasil e os países do Sul Global (além da África, América Latina) pela Cooperação Sul-Sul, se pautou na transferência de conhecimento para a implementação de programas e políticas consideradas bem-sucedidas no país. Por se tratar de uma transferência de ferramentas e know-how, em vez do financiamento de projetos ou da exportação de um programa ou política pronta, esse modelo de cooperação chama-se cooperação técnica. Por funcionar sob demanda dos países parceiros da cooperação, os princípios de cooperação técnica – solidariedade, reciprocidade e não intervenção – vão na direção da política externa do governo Lula de horizontalidade e solidariedade com os países do Sul Global (Amorim, 2010).

Nesse sentido, houve um aumento substancial de acordos de cooperação entre o governo brasileiro e países da África, passando de 39 para 238 acordos assinados durante o governo Lula (Mendonça e Faria, 2015). Os projetos foram implementados por organizações brasileiras nas áreas do acordo, por exemplo, o SENAI em projetos de formação, a FIOCRUZ em saúde, e a EMBRAPA em agropecuária.

Durante o governo Lula também houve um aumento expressivo de operações de grandes companhias brasileiras no continente Africano. O aumento das operações ficou concentrado nas mãos de poucas empresas em razão do pequeno número delas com capacidade de realizar grandes projetos de construção e de exploração de recursos naturais em território estrangeiro.

A relação entre a política externa orientada para África e o aumento da atuação das companhias brasileiras no continente foi uma via de mão

dupla. Por um lado, as empresas, algumas das quais já bem posicionadas no continente (como era o caso da Petrobrás e da Odebrecht), aproveitaram essa aproximação impulsionada pela política externa do governo para angariarem mais financiamentos e ampliarem sua presença nesses países. Por outro lado, a atuação dessas empresas e a relevância dos seus projetos para o desenvolvimento local corroborou ainda mais para posicionar o Brasil como uma potência internacional.

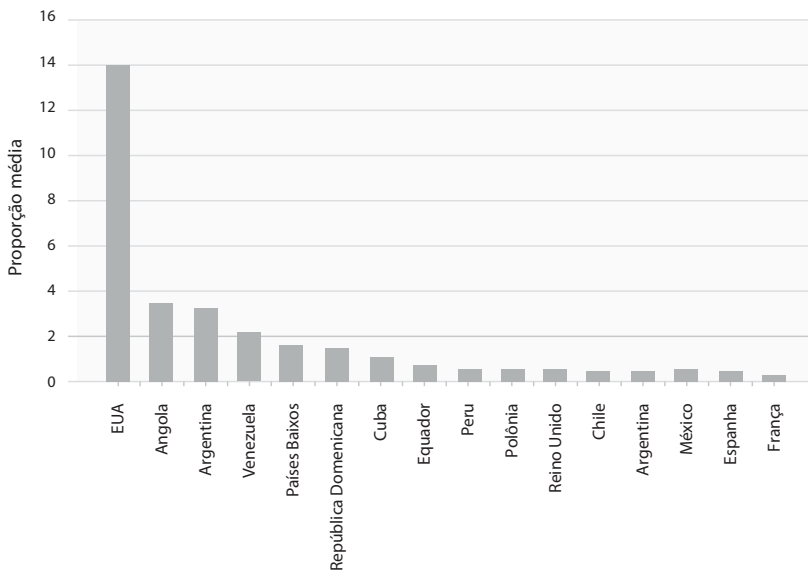
De forma ampla, esse alinhamento entre o setor privado e a política externa de um país faz parte de uma prática comum entre muitos países chamada “diplomacia comercial”, em que o país atua ativamente para abrir mercados e explorar investimentos para empresas nacionais. No caso do Brasil, as estratégias da política externa que tinham esse objetivo de se aproximar ao continente, junto com relações próximas que o presidente Lula tinha com alguns chefes de governo africanos, impulsionaram ainda mais essa relação. Além disso, via BNDES, as empresas brasileiras puderam obter financiamento e concessão de créditos para operarem em projetos de reconstrução nacional.

Em relação aos financiamentos do BNDES, tema que acabou tendo grande desdobramento no futuro dos projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil e nas relações do país com o Sul global, são destinados às empresas brasileiras e não ao país onde o projeto é executado. Para as operações internacionais, nos moldes das empreiteiras que atuam na África, o Banco oferece a linha de crédito pós-embarque, que consiste em financiar apenas a parte exportada pelo Brasil, sejam eles bens ou serviços. Caso uma empresa brasileira consiga a licitação de um projeto de infraestrutura no exterior, por exemplo, ela pleiteia ao financiamento do Banco para os bens e/ou serviços necessários a tal projeto e o responsável pela restituição do orçamento é a empresa importadora ou o governo estrangeiro. Neste sentido, conforme o relatório do BNDES de 2017, através do financiamento do Banco, é o Brasil que recebe recursos do exterior e não o contrário (BNDES, 2017, p.215).

Vale pontuar que tais operações antecedem o governo Lula, mas a maior parte dos empréstimos do BNDES às empresas na África ocorreu em 2008, em meados do segundo mandato do presidente. Em relação às empresas financiadas pelo Banco, as principais no ramo de construção e engenharia foram a Odebrecht, Andrade Gutierrez, OAS e Camargo Corrêa (BNDES 2017, p.224). Os principais países de destino desse ramo de financiamento são Angola, Argentina, Cuba, Venezuela e República Dominicana (BNDES 2017, p.227).

Ao contrário do que muito se noticiou a respeito de um suposto favorecimento do BNDES para financiar algumas poucas empresas, através do que se chamou de política dos campeões nacionais, o processo de financiamento funcionava da seguinte maneira: o Banco publica políticas operacionais, quem pleiteia o investimento são as empresas brasileiras e quem ganha o financiamento são as empresas que têm capacidade de realizar os projetos propostos.

Tabela 1: Países de destino das exportações brasileiras apoiadas pelas linhas pós-embarque do BNDES – 2001-2016 (US\$ bilhões, em valores correntes)



Fonte: BNDES, 2017, p. 221.

Em termos de política externa, todas essas iniciativas de aproximação do continente Africano visavam tornar o Brasil um protagonista no sistema internacional a partir das relações com países do Sul global. Por estarem inseridos na mesma lógica, essas dinâmicas influenciavam umas às outras e de muitas formas distintas. Em alguns casos, os acordos de Cooperação Sul-Sul do Brasil serviram para abrir as portas do país para empresas brasileiras. Além disso, muitas das visitas de Lula aos países parceiros da Cooperação Sul-Sul eram acompanhadas por uma comissão de empresas interessadas nos projetos de infraestrutura e exploração de recursos nestes países.

Em outros casos, como foi em Moçambique e que será detalhado na próxima parte deste artigo, os projetos de Cooperação Sul-Sul, quando precisavam de infraestrutura e financiamento, obtinham tais recursos das empresas privadas brasileiras presentes no país. Por fim, alguns projetos de Cooperação Sul-Sul de formação profissional tinham o objetivo de capacitar mão de obra para atuar nos ramos das empresas brasileiras no país. Em outras palavras, pode-se dizer que Cooperação Sul-Sul serviu como um *soft power* do governo brasileiro para atrair parceiros e abrir mercados (Vilas-Bôas, 2014).

No entanto, os diferentes interesses dos atores envolvidos nessas dinâmicas acabaram por causar obstáculos a esse interesse da política externa brasileira em se aproximar do Sul Global, incluindo sobretudo países da África e América Latina, e, eventualmente, ao seu esfacelamento. O exemplo claro foi a Operação Lava Jato que foi deflagrada em 2014, ao fim do primeiro mandato da presidente Dilma Rousseff, para investigar esquemas de corrupção e lavagem de dinheiro das empresas privadas e do governo para obter contratos e acessar o financiamento do BNDES.

As investigações não ficaram exclusivamente em operações dentro do Brasil, mas também foram denunciados diversos esquemas de corrupção das empresas brasileiras no exterior realizando propinas para conseguir contratos com os governos. Envolvido na investigação, o

Departamento de Justiça dos Estados Unidos, divulgou um documento, em 2006, mostrando o valor das propinas da empresa Odebrecht para os governos dos países estrangeiros, conforme tabela abaixo.

Tabela 2: Valor Pago em Propina pela Odebrecht para os Governos Estrangeiros de acordo com as investigações da Lava Jato

País*	Valor pago (em US\$)	Período
Angola	50 milhões	2006-2013
Argentina	35 milhões	2007-2014
Colômbia	11 milhões	2009-2014
República Dominicana	92 milhões	2001-2014
Equador	33,5 milhões	2007-2016
Guatemala	18 milhões	2013-2015
México	10,5 milhões	2010-2014
Moçambique	900 mil	2011-2014
Panamá	59 milhões	2010-2014
Peru	29 milhões	2005-2014
Venezuela	98 milhões	2006-2015

* Por ordem alfabética

Fonte: Resultado da Investigação da Odebrecht nos Estados Unidos. Disponível em Poder 360 “Odebrecht trabalha para fechar acordos em países da América Latina” Jan. 2017 < <https://www.poder360.com.br/lava-jato/odebrecht-trabalha-para-fechar-acordos-em-paises-da-america-latina/> >. Acesso em 15 de Março, 2023.

No momento da Lava Jato, a política externa brasileira para o Sul Global já vinha perdendo força. O contexto nacional e internacional era muito diferente do governo Lula, devido aos efeitos da crise econômica internacional e da política nacional, forçando o governo da Dilma Rousseff a olhar para dentro. No contexto interno, destacam-se como elementos da crise, “[o] enfraquecimento do diálogo entre Estado e segmentos dinâmicos da sociedade; [a] quebra da confiança de investidores e empresários nacionais e estrangeiros no governo; [...] [o] emperramento da gestão pública com perda da capacidade indutora do Estado [...]” (Lessa e Cervo, 2014, p.149). Portanto, sofrendo os impactos econômicos e a redução da atenção aos assuntos internacionais,

alguns projetos da Cooperação Sul-Sul tiveram que ser interrompidos por falta de recursos (Mello, 2015).

As denúncias de corrupção das empresas brasileiras pela Operação Lava Jato causaram interrupção nas operações das empresas envolvidas nos escândalos de corrupção no exterior. Somando-se às dificuldades impostas ao governo de Dilma para manter um enfoque na agenda de política externa, os abusos da Operação evidenciados pela “Vaza Jato” e uma grande atenção midiática às investigações, fizeram com que todo o projeto de política externa de aproximação aos países do Sul global, sobretudo da África, acabasse se desmoronando. Isso, mais tarde, veio abrir caminho para que os governos seguintes (Temer e Bolsonaro) redirecionassem suas agendas de política externa para os países do Norte global.

4. A Cooperação Sul-Sul do Brasil e o setor privado na Angola e em Moçambique no governo Lula

Na intensificação e aprofundamento das relações Sul-Sul do governo Lula, as relações com parceiros tradicionais no continente, nomeadamente Moçambique, Angola, África do Sul e Namíbia, foram privilegiadas, o que significou uma continuidade das prioridades estabelecidas em governos anteriores. No que tange à Angola e Moçambique, especificamente, a aproximação do Brasil ocorreu tanto pelo denominador comum do idioma, quanto pela relação histórica desde suas independências em 1975. Tais elementos impulsionaram o estreitamento das relações bilaterais, ao mesmo tempo em que serviram de palco para a projeção dos interesses globais do Brasil (Miyamoto, 2009).

Uma das estratégias de aproximação do governo brasileiro com o continente foi o perdão da dívida que o Brasil promoveu com vários países, incluindo Moçambique em 2004, e que tinha como troca maior facilidade de comércio bilateral e entrada das empresas brasileiras nos países (Visentini, 2017; Ziebell de Oliveira, 2015; Vargem, 2008). Para

compreender a relação da Cooperação Sul-Sul com a atuação do setor privado brasileiro no continente e as dificuldades da implementação dos projetos é fundamental realizar uma análise sobre cada um desses países.

4.1. Relações Brasil e Moçambique

Moçambique foi o principal parceiro de projetos de Cooperação Sul-Sul do Brasil na África, em termos de quantidade de projetos assinados entre os dois países. Com o fim da guerra civil em 1992, o governo e a economia de Moçambique estavam relativamente estáveis nos anos 2000, o que possibilitava a negociação com atores internacionais de acordos de assistência e cooperação internacional.

Com o Brasil os principais temas de cooperação foram, nesta ordem, nas áreas de saúde, educação, agricultura e fortalecimento internacional (Fingermann, 2019; Gonzaga, 2022; ABC, 2010). Para a execução dos projetos de Cooperação Sul-Sul em Moçambique, diversos atores governamentais e não governamentais do Brasil foram envolvidos nos projetos, com destaque, conforme mencionado anteriormente, a FIOCRUZ nos projetos de saúde, a EMBRAPA nos projetos de agricultura e o SENAI nos projetos de educação.

Vale destacar os projetos da área de saúde no país. Através do Acordo Brasil-Moçambique e do Convênio de Cooperação Fiocruz-Ministério da Saúde de Moçambique, diversos projetos de saúde foram implementados no país entre 2000 e 2014, sendo que o principal deles foi a construção de uma fábrica para produção de antirretrovirais anunciada em 2003, mas que começou a operar apenas dez anos depois (Pereira, 2017). Apesar de todas essas iniciativas, Pereira (2017) explica que os projetos de saúde enfrentaram diversas dificuldades logísticas, operacionais e de recursos tanto do lado de Moçambique para implementar tais projetos quanto do lado do Brasil em operar tais acordos, enviar materiais, recursos e profissionais para o país.

Através dos projetos na área de saúde é possível notar os efeitos da relação entre a Cooperação Sul-Sul e as empresas brasileiras no país em outros setores. A Vale do Rio Doce foi convidada pelo governo do país à exploração de carvão na região de Moatize, um ano depois do anúncio brasileiro de apoio à construção da fábrica (Pereira, 2017). Dessa forma, pode-se dizer que a fábrica aproximou a relação entre os países e facilitou a penetração da Vale no país. Ao mesmo tempo, quando a fábrica estava em construção, houve uma crise dos custos, e foi apenas em consequência do financiamento da Vale que o projeto foi finalizado (Pereira, 2017). Esta relação entre a empresa e fábrica, portanto, é um exemplo de conexão entre as agendas da Cooperação Sul-Sul e das empresas privadas.

A exploração de carvão na região de Moatize foi o maior projeto da Vale no território africano. Apesar da proposta de que esse projeto traria desenvolvimento local através da atração de outros negócios, como a exploração era majoritariamente escoada, ela causou pouco impacto para o desenvolvimento local. Ao contrário, a exploração e escoamento realizados pela empresa causaram diversas consequências negativas para sociedade local, uma vez que diversas pessoas foram reassentadas em razão de tais atividades.

Além da Vale, outras empresas brasileiras realizaram operações em Moçambique, entre elas a Odebrecht, Camargo Corrêa, Andrade Gutierrez e Eletrobras, com o financiamento do BNDES para os produtos e serviços importados (BNDES, 2017). A Odebrecht realizou a construção do aeroporto de Nacala, cidade portuária por onde a Vale exportava a maior parte do carvão de Moatize, com o propósito de atender supostas demandas que as operações da Vale e outras empresas trariam para a região (BBC News, 2017).

No entanto, em razão da crise econômica mundial e crises internas da Vale envolvendo a quebra das barragens em Mariana (MG), as operações foram perdendo força até que a Vale decidiu terminar

o contrato (BBC News, 2017). Dessa forma, o desenvolvimento que havia sido prometido para o local não ocorreu e o aeroporto, que foi construído, mal chegou a ser utilizado. Sobre este último, conforme visto na Tabela 2, de acordo com o documento do Departamento de Justiça dos Estados Unidos, entre 2011 e 2014, a Odebrecht pagou aproximadamente US\$900 mil de propina para funcionários do governo para obter facilitações do contrato para a construção.

O grande número de projetos de Cooperação Sul-Sul que aconteceram em Moçambique precisam ser analisados caso a caso para uma compreensão dos seus diversos desdobramentos no país. Outros projetos de grande dimensão que não foram discutidos aqui foram o Pro-Savana, na área de desenvolvimento agrícola, e a Universidade Aberta do Brasil (Fingermann, 2019). No entanto, já se sabe que grande parte deles enfrentou muitos obstáculos e que, em razão do distanciamento do governo brasileiro da África, não avançaram ou foram interrompidos, como foi o caso do Senai em Maputo (Mello, 2015).

4.2. Relações Brasil e Angola

Angola foi o país que mais recebeu empresas brasileiras na África. Os países mantêm uma parceria seletiva e estreita, nos setores comerciais, de investimentos, serviços, cooperação política, cultural e técnica (Miyamoto, 2009; Visentini, 2017). Apesar da relação histórica entre os dois países, foi no governo Lula que as relações ficaram ainda mais próximas. Lula esteve em Angola nos anos 2003, 2005 e 2009, fator que permitiu maior abertura do mercado angolano para empresas privadas brasileiras entre grande, média e pequenas. O ex-presidente angolano José Eduardo dos Santos, que governou o país de 1979 a 2017, também esteve três vezes no Brasil (em 2005, 2009 e 2010) (Visentini, 2017; Teixeira Filho, 2011). Portanto, a relação não acontecia apenas no nível político e diplomático, Lula e Dos Santos

mantinham uma relação de amizade, para além dos laços ideológicos ligados à esquerda política entre o PT e o MPLA.

Quando Lula assumiu o poder em 2003, Angola havia acabado de sair de uma guerra civil de aproximadamente 30 anos. Em entrevista realizada com o professor angolano Abel Paulo Gamba, em 26 de março de 2023, ele explica que, com o fim da guerra civil, o presidente Dos Santos criou o Gabinete de Reconstrução Nacional (GRN), cujo objetivo principal era a coordenação dos projetos estratégicos na reabilitação das infraestruturas do país. Nesta senda, surgiram várias empresas estrangeiras, dentre elas as brasileiras, das quais pode-se citar a Odebrecht e a Queiroz Galvão, que estiveram envolvidas em obras estratégicas como construção de barragens e estradas nacionais.

Na área de Cooperação Sul-Sul, Brasil e Angola firmaram doze acordos de cooperação técnica com destaque na saúde e educação durante o governo Lula (Visentini, 2017). No entanto, diferente do caso de Moçambique, a maior parte das relações entre o Brasil e Angola foram diretamente voltadas para questões comerciais, o que pode ser explicado pelo fato de Angola ser um dos maiores produtores e exportadores de petróleo de continente africano.

Além da Petrobrás e da Odebrecht, outras empresas brasileiras que tiveram operações em Angola foram a Vale do Rio Doce, Embraer, Camargo Corrêa e Andrade Gutierrez (José, 2011). A construção da hidrelétrica de Capanda e bairros residenciais, pela Odebrecht, exportação de viaturas, construção de infraestruturas demandaram um crédito de cerca de 580 milhões de dólares (Pimentel, 2000; Ribeiro, 2010; Visentini, 2017). Os dados indicam que cerca de 50 empresas brasileiras se instalaram em Angola.

Conforme mostrado na Tabela 2, a Angola foi o país onde mais ocorreu propina da Odebrecht no exterior conforme as investigações da Lava Jato. A empresa chegou a Angola em 1984, quando assinou o con-

trato para construir a central hidrelétrica de Capanda, no rio Kwanza, o maior de Angola, com objetivo de abastecer a capital do país, Luanda. O projeto, concluído em 2004, envolveu a construção de linhas de transporte e subestações elétricas para transformação da energia. Gamba explicou que a função da Odebrecht no país era muito diversificada: atuou no ramo da produção de açúcar, etanol e eletricidade a partir da cana, executou o projeto de expansão do abastecimento de água potável de Luanda, a construção de condomínios, estradas, avenidas e obras de saneamento, exploração de diamantes, e controlou a rede de supermercados *Nosso Super*.

No tocante aos escândalos de corrupção denunciados pela Lava jato, Gamba explicou que o esquema da Odebrecht em Angola funcionava sem a observância da lei de contratação pública, ou seja, a obra estava disponível, ao invés do GRN emitir um anúncio de concurso público, e convites eram feitos mediante propinas e as obras eram atribuídas por ajustes diretos.

Por outro lado, dados recenes permitem entender que a decadência das empresas brasileiras possibilitou a rápida projeção chinesa em Angola diante da estratégia chinesa “Going Out Strategy”, projeto do governo chinês de internacionalização das suas empresas. Tal fato impactou na presença das empresas privadas brasileiras, uma vez que os chineses adotaram uma política de cooperação internacional competitiva que permite o fornecimento de materiais, produtos e equipamentos para construção e requalificação de infraestrutura oriundo da China, além de outros setores (Mender e Tian, 2020).

Conforme os autores, projetos angolanos como a requalificação da Estrada KifangondoCaxitoUígeNegage, iniciado em 2003, a construção do Hospital Geral de Luanda, construído em 2006, e a requalificação do sistema de abastecimento de água de Caxito, concluído em 2016, se destacam nessa cooperação sino-angolana. Ademais, o governo chinês tem um total de 35 empresas na lista de espera para atuarem no mercado angola-

no, desbancando o protagonismo das empresas brasileiras e portuguesa dominavam o setor de construção em 2004 (Mendes e Tian, 2020).

Em síntese, pode-se apontar duas questões a respeito da intersecção da Cooperação Sul-Sul e das empresas brasileiras na África. Primeiro, o desequilíbrio de poder entre o Brasil e os países estudados e a atuação das empresas brasileiras no continente indicam uma relação complexa de práticas extrativistas e pouco (ou nenhum) enfoque no desenvolvimento local (Silva, 2019; Clements e Fernandes; 2013; Curado, 2010; Visentini, 2010).

Apesar da assimetria de poder entre os países, existiu, nas relações do Brasil com a Angola e Moçambique, um papel ativo dos governos africanos em definir seus interesses e os parâmetros destas relações. Isso pode ser evidenciado nas relações pessoais entre os chefes de Estados, no caráter *demand-driven* dos projetos de Cooperação Sul-Sul, e nas relações diretas entre os governos dos dois países com as empresas brasileiras.

Em segundo lugar, os dois casos não refletem a totalidade da Cooperação Sul-Sul do Brasil na África, nem que todos possuem objetivos comerciais diretos ou indiretos. Isso exigiria uma análise de mais projetos de Cooperação Sul-Sul, sobretudo em países menos prioritários na agenda comercial do Brasil e projetos de outros setores, como de cultura, administração pública e educação.

5. Cenários Futuros

Com o retorno do presidente Lula ao poder, em 2023, é crucial olhar para esse processo e assimilar algumas lições aprendidas. Após o impeachment da presidenta Dilma Rousseff (2011-2016), momento em que os escândalos da Lava Jato vieram à tona, notou-se que os governos de Temer (2016-2018) e de Jair Bolsonaro (2019-2022) reorientaram a atenção, de forma descoordenada, para o Norte Global e se afastaram de uma agenda orientada pela busca

do protagonismo do Brasil através de uma aproximação com o Sul global. Neste sentido, havia um interesse dos governos Temer e Bolsonaro, e que de fato ocorreu, em descontinuar a política externa para a África, desenvolvida nas gestões de Lula no início do século XXI. Os escândalos da Lava Jato foram centrais para deslegitimar as ações do Brasil na África.

Na medida que a política externa do Brasil para o Sul global foi retrocedendo, outras grandes potências assumiram o espaço nos projetos de desenvolvimento na África, sobretudo na área de infraestrutura, com destaque da presença ativa da China. A maior parte dos projetos de infraestrutura na Angola que eram brasileiros agora são majoritariamente chineses, e de outros países com interesses econômicos no continente. Em Moçambique, o projeto da Vale foi vendido para a empresa japonesa Mitsui. Mesmo que todos os problemas de atuação das empresas do Brasil na África indiquem a necessidade de uma revisão completa da atuação do setor privado no continente africano, sobretudo nas áreas de extração e de construção civil, a questão é que, se o governo brasileiro quiser retomar suas relações com a África, isso não irá acontecer sem resistência de outros países com interesses expansionistas no continente.

Ainda que o presente trabalho argumente que o principal obstáculo da Cooperação Sul-Sul na África foram as intrincadas relações com a expansão de grandes empresas de extração e empreiteiras, outras questões a respeito da política externa para África e para os projetos de Cooperação Sul-Sul merecem atenção.

Primeiro, para promover uma política externa para a África, faz-se necessário compreender as reais necessidades dos países do continente e, a partir daí, políticas para a África. Ou seja, é preciso tratar as especificidades dos países africanos e reconhecer que existem várias Áfricas, e que cada país e região merece tratamento específico.

Segundo, é fundamental compreender se a prática se alinha ao discurso da Cooperação Sul-Sul. É possível fazer uma cooperação que seja dentro do que é proposto? Em vez de focar no que a Cooperação Sul-Sul *deve ser*, focar no que ela *é* e como resolver seus principais desafios de implementação.

Por fim, é fundamental promover um sistema de *accountability* para os projetos da Cooperação Sul-Sul (Pinho, 2013). A falta de transparência na relação da Cooperação Sul-Sul e empresas privadas no continente marcou não só a política externa brasileira como corrupta, mas também a imagem dos países africanos como corruptíveis, reforçada por uma visão social estereotipada do continente (Saraiva, 2011), sobretudo quando a política externa brasileira para o continente passou a ser alvo da polarização política e ideológica que circundam o cenário político do Brasil nos últimos anos.

Bibliografia

- ABC. A cooperação técnica do Brasil para a África. Brasília, 2010.
- Amorim, Celso. Brazilian foreign policy under president Lula (2003-2010): an overview. In: Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 53, 2010.
- Barka, Habiba Ben. Brazil's Economic Engagement with Africa. Africa Economic Brief, vol. 2, no. 5, 2011, pp. 1-11.
- BBC News. O aeroporto fantasma da Odebrecht em Moçambique, que o BNDES financiou e tomou calote. 27 de Novembro 2017.
- BNDES. Livro Verde: nossa história tal como ela é. Rio de Janeiro: BNDES, 2017.
- Brun, Eloide. Mudanças no panorama internacional por meio das relações Sul Sul: relações do Brasil, Chile e Venezuela com os países em desenvolvimento da África, Ásia e Oriente Médio. Brasília: FUNAG, 2016.
- Cervo, Amado Luiz e Lessa, Antônio Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014) Revista Brasileira de Política Internacional. vol.57, no. 2, 2014, 133-151.
- Clements, Elizabeth e Fernandes, Bernardo. Land Grabbing, Agribusiness and the Peasantry in Brazil and Mozambique. Agrarian South: Journal of Political Economy, vol. 2, no. 1, 2013, pp. 41-69.
- D'ávila, Jerry. Hotel Trópico: Brasil e o desafio da descolonização na África (1950-1980). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- Esteves, Paulo. Brazil's South-South Health Cooperation in Mozambique: 'structuring projects' and their dynamics. BPC Papers, vol.3, no. 2, 2013.
- Ferreira, Wallace. FHC e Lula na África sob as perspectivas diplomática e econômica. Universitas: Relações Internacionais, Brasília, vol. 14, no. 1, 2016.
- Fingermann, Natália. Brasil e Moçambique na Cooperação Sul-Sul: Entre Avanços e Recuos. Desafios para Moçambique, 2019.
- Gala, Irene Vida. A política externa do Governo Lula para a África: a política externa como instrumento de ação afirmativa... ainda que não só. Curso de Altos Estudos (CAE), Instituto Rio Branco (IRBr), 2007.
- Góes, Francisco. 2012. Brasil quer replicar com outros países da África modelo de comércio com Angola. Valor Econômico, 2 May. Disponível em <http://www.valor.com.br/brasil/2640008/brasil-querreplicar-com-outros-paises-da-africa-modelo-de-comercio-com-angola>. Acesso em 25 de março de 2023.
- Gonzaga, Kátia V. P. A cooperação internacional técnica educacional do Brasil com países africanos e a interculturalidade : conceitos , reflexões e pressupostos para uma Cooperação Sul-Sul. Revista Brasileira de Pós-Graduação, vol. 17, no. 38, 2022.
- José, Joveta. A Política Externa De Angola: Novos Regionalismos e Relações Bilaterais com o Brasil, 2011.
- Lechini, Gladys. Brics e África: a grande incógnita. Boletim de Economia e Política

Internacional, no. 9, 2012. Marcondes, Danilo. Brasil e Moçambique construindo a cooperação em defesa. *Desafios para Moçambique*, IESE, December, 2019, pp. 377–392.

Mello, Patrícia Campos. Brasil recua e reduz projetos de cooperação e doações para a África. *Folha de S. Paulo*, 22 de Março, 2015.

Mendes, Carmen. e TIAN, Xintong. As motivações políticas e económicas da presença chinesa em Angola. *Relações Internacionais*, no. 65, 2020, pp. 57–70.

Mendonça, Wilson e Faria, Carlos Aurelio. A cooperação técnica do Brasil com a África: comparando os governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula da Silva (2003-2010). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 58, no. 1, 2015, pp. 5-22.

Miyamoto, Shiguenoli. O Brasil e a comunidade dos países de língua portuguesa (CPLP). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 52, no. 2, 2009, pp. 22–42.

Pereira, Eduardo. Análise dos principais desafios e entraves para a cooperação técnica internacional em saúde Brasil-Moçambique. *Ciencia e Saúde Coletiva*, vol. 22, no. 7, 2017, pp.2267-2276.

Pimentel, José Vicente. Relações entre o Brasil e a África subsaariana. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 43, no. 1, 2000, pp. 5–23.

Pinheiro, Leticia e Gaio, Gabrieli. “Cooperation for development, Brazilian regional leadership and global protagonism”. *Brazilian Political Science Review*, vol. 8, no.2, 2014.

Pinho, Carlos Eduardo. South-South cooperation for development: Brazil-Africa relations in the promotion of public policies (2003-2012). *America Latina Hoy*, vol. 63, 2013, pp. 91–112.

Ribeiro, Claudio. A política africana do Brasil no pós-guerra fria. *Revista de Sociologia e Política*, vol. 18, no. 35, 2010, pp. 55–79.

Santana, Ivo. Relações económicas Brasil-África: a Câmara de Comércio Afro-Brasileira e a intermediação de negócios no mercado africano. *Estudos Afro-Asiáticos*, vol. 25, no. 3, 2003, pp. 517–555.

Saraiva, Miriam. Balanço da Política Externa de Dilma Rousseff: perspectivas futuras? *Relações Internacionais (IPRI-UNL PT)*, vol. 44, 2014, pp. 25-35.

Saraiva, José Flávio. Uma nova África Atlântica nas Relações Internacionais do Século XXI. *Relaciones Internacionales*, 2011, pp. 297–319.

Silva, Antonio G. Delfino. A política externa do Governo Lula com a África Lusófona: dimensão política, cooperativa, educacional e económica. *Revista do Instituto de Ciências Humanas*, vol. 15, no. 22, 2019, pp. 80–96.

Spektor, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47, no. 2, 2004, pp. 191–222.

Teixeira Filho, Antonio Eduardo. *As Relações Económicas Brasil - África Subsaariana Na Perspectiva Da Nova Geografia Económica : O Caso De Angola e De Moçambique*. Universidade Técnica de Lisboa, 2011.

Vargem, Alex André. A Política Externa Brasileira para a África no Governo Lula. *Ponto-e-vírgula*, vol. 6, no. 4, 2008, pp.6–11.

Vigevani, Tullo A PEB de Lula - autonomia pela diversificação. *Contexto Internacional*, vol. 29, 2007, pp. 273–335.

Vilas-Bôas, Julia. A presença de empresas brasileiras na África: incentivos, atrativos e motivações. Dissertação apresentada ao Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília como requisito à obtenção de título de Mestre em Relações Internacionais. 2014.

Visentini, Paulo Fagundes. Cooperação Sul-Sul, diplomacia de prestígio ou imperialismo “soft”? As relações Brasil-África do Governo Lula. In: *Século XXI*, Porto Alegre, vol.1, no.1, Jan.-Dez, 2010.

Visentini, Paulo Fagundes. As Relações Brasil-Angola: pivô da diplomacia africana. In: Morosini, Fabio e Badin, Michelle (eds.). *A nova diplomacia econômica das relações Brasil-Angola: desvendando os seus instrumentos políticos, jurídicos e econômicos*. Brasília: Instituto Brasiliense de Direito Civil, 2017.

Zanini, Fabio. *Euforia e Fracasso do Brasil Grande: política externa e multinacionais brasileiras no governo Lula*. Editora Contexto, 2017.

Ziebell de Oliveira, Guilherme. Política Africana do Brasil: Mudança Entre Lula E Dilma? *Conjuntura Austral*, vol. 6, no. 29, 2015, pp. 29-47.

Plataforma Democrática (www.plataformademocratica.org) é uma iniciativa da Fundação FHC e do Centro Edelstein de Pesquisas Sociais dedicada a fortalecer a cultura e as instituições democráticas na América Latina, por meio da produção de conhecimento e da promoção do debate pluralista de ideias sobre as transformações da sociedade e da política na região e no mundo. Realiza pesquisas e seminários para estimular o diálogo entre os produtores de conhecimentos e os diferentes atores sociais e políticos sobre temas da atualidade.

Plataforma Democrática oferece uma infraestrutura virtual com uma biblioteca de livre acesso que inclui milhares de textos sobre temas relacionados à democracia na América Latina e um banco de dados sobre instituições de pesquisa na região.

As principais áreas de trabalho da Plataforma Democrática são:

Transformações Geopolíticas Globais e instituições democráticas:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EstadoDemocracia>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CambiosGeopoliticos>

Meios de comunicação e Democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#MediosComunicacion>

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#EnsaioDemocracia>

Sociedade civil e democracia:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#CohesionSocial>

Bibliotecas virtuais:

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca>

<https://www.plataformademocratica.org/biblioteca-sociedade>

Coleção Recursos de Pesquisa na Internet:

<https://www.plataformademocratica.org/publicacoes#RecursosPesquisa>